

DAIMLER TRUCK FINANCIAL SERVICES BRASIL HOLDING S.A.

CNPJ nº 54.646.419/0001-44

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Daimler Truck Financial Services Brasil Holding S.A. submete à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas acompanhadas das Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Base para consolidação

As entidades consideradas na consolidação das demonstrações financeiras (Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A., Mercedes-Benz Leasing do Brasil Arrendamento Mercantil S.A., Daimler Truck Locações e Serviços Ltda. e Mercedes-Benz Corretora de Seguros Ltda.) são constituídas e domiciliadas no Brasil.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Daimler Truck Financial Services Brasil Holding S.A. foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A sede da Daimler Truck Financial Services Brasil Holding S.A. está localizada na Avenida Alfred Jurzykowski, 562 - 2º andar, na cidade de São Bernardo do Campo. A Daimler Truck Financial Services Brasil Holding S.A. tem por objeto social a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia, quotista ou acionista e tem investimentos nas seguintes empresas e é Controladora de:

Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A. - organizado e autorizado a operar como Banco Múltiplo com as seguintes carteiras: (i) Arrendamento Mercantil; (ii) Crédito, Financiamento e Investimento; e, (iii) Investimento, inclusive sujeito às normas e controles do Banco Central do Brasil.

Daimler Truck Locações e Serviços Ltda. - objeto social principal a locação de automóveis, além das atividades secundárias de locação de outros meios de transporte, intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, com exceção de imobiliários, e atividades de apoio e prestação de serviços administrativos às empresas.

Mercedes-Benz Corretora de Seguros Ltda. - objeto social principal a prática de corretagem de operações de seguros. As atividades operacionais da Corretora estão

inseridas no contexto dos negócios do Banco Mercedes-Benz e Mercedes-Benz Leasing do Brasil.

Remuneração aos acionistas

Conforme estatuto social da Daimler Truck Financial Services Brasil Holding S.A., é assegurado aos acionistas o direito a um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o lucro líquido ajustado a ser pago anualmente. Por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária de 16 de setembro de 2025 a administração propôs e foram distribuídos dividendos em 2025 no valor de R\$ 390.000 mil.

Agradecimentos

Agradecemos aos acionistas, aos clientes e à rede de concessionários pela confiança e credibilidade. Em especial, agradecemos aos nossos funcionários e colaboradores pela dedicação e empenho diário para o bom funcionamento das nossas operações, possibilitando o desenvolvimento de nossos produtos e serviços.

São Bernardo do Campo, 02 de abril de 2026

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024						(Em milhares de Reais)					
Ativo	Nota	Individuais		Consolidadas		Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	Individuais		Consolidadas	
		2025	2024	2025	2024			2025	2024	2025	2024
Disponibilidades	11	6	22	988	21.055	Passivos financeiros		—	—	17.138.669	17.142.180
Ativos financeiros		1.931	1.984	18.997.925	19.536.886	Ao custo amortizado		—	—	17.132.436	17.142.180
Ao custo amortizado	14	—	—	18.601.538	19.105.347	Depósitos	19	—	—	4.896.787	5.840.041
Operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro		—	—	19.238.698	19.581.043	Obrigações por empréstimos e repasses	20	—	—	7.446.827	7.056.443
(-) Provisão para perda		—	—	(637.160)	(475.696)	Títulos de dívidas emitidos	21	—	—	4.788.822	4.245.696
Ao valor justo por meio do resultado		—	—	98.960	171.562	Ao valor justo por meio do resultado	13	—	—	6.233	—
Instrumentos financeiros derivativos	13	—	—	27.675	149.152	Instrumentos financeiros derivativos		—	—	6.233	—
Aplicações em depósitos interfinanceiros	11	—	—	71.285	22.410	Provisões	22	1.923	1.847	317.792	301.789
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	12	1.931	1.984	297.427	259.977	Obrigações fiscais		99	42	96.084	247.790
Títulos e valores mobiliários		1.931	1.984	297.427	259.977	Imposto de renda e contribuição social - correntes	24	99	42	88.810	194.596
Ativos fiscais		2.579	2.360	679.168	746.200	Imposto de renda e contribuição social - diferido	24	—	—	7.274	53.194
Imposto de renda e contribuição social - correntes	24	1.477	1.280	83.938	76.504	Outros passivos	23	1.546	1.660	325.611	434.152
Imposto de renda e contribuição social - diferido	24	1.102	1.080	595.230	669.696	Patrimônio líquido	26	2.602.427	2.821.875	2.602.427	2.821.875
Outros ativos		5.889	5.341	616.009	618.455	Capital social		1.353.742	1.353.742	1.353.742	1.353.742
Outros ativos	18	5.889	5.341	616.009	618.455	Reservas		1.246.046	1.403.119	1.245.929	1.403.119
Investimentos	15	2.595.590	2.815.717	—	488	Ajustes de avaliação patrimonial		2.639	65.014	2.756	65.014
Imobilizado de uso	16	—	—	169.277	19.843	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		2.605.995	2.825.424	20.480.583	20.947.786
Ativos intangíveis	17	—	—	17.216	4.859						
Total do ativo		2.605.995	2.825.424	20.480.583	20.947.786						

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024						(Em milhares de Reais)					
	Nota	Individuais		Consolidadas			Nota	Individuais		Consolidadas	
		2025	2024	2025	2024			2025	2024	2025	2024
Receita de juros calculada pelo método de juros efetivos		—	—	2.909.396	2.700.352			—	—	—	—
Despesas com juros e similares		—	—	(2.106.089)	(1.936.405)			—	—	—	—
Outras receitas de juros		266	210	53.291	49.120			266	210	53.291	49.120
Resultado líquido de juros e similares	266	266	210	856.598	813.067			266	210	856.598	813.067
Resultado líquido de comissões		—	—	63.994	37.285			—	—	63.994	37.285
Receita líquida de comissões		—	—	80.067	39.789			—	—	80.067	39.789
Despesa com comissões		—	—	(16.073)	(2.504)			—	—	(16.073)	(2.504)
Resultado bruto de intermediação financeira	5	266	210	920.592	850.352			266	210	920.592	850.352
Outras receitas/despesas operacionais		259.426	172.525	(480.663)	(563.571)			259.426	172.525	(480.663)	(563.571)
Provisão por impairment de ativos financeiros	6	—	—	(202.144)	(176.360)			—	—	(202.144)	(176.360)
Reversão de impairment de ativos não financeiros		—	—	137.973	54.965			—	—	137.973	54.965
Resultado de participação em controladas		259.438	172.632	—	—			259.438	172.632	—	—
Despesas de pessoal	7	—	—	(101.260)	(107.845)			—	—	(101.260)	(107.845)
Despesas gerais e administrativas	8	(328)	(191)	(163.015)	(185.064)			(328)	(191)	(163.015)	(185.064)
Outras receitas/despesas operacionais	9	316	84	(152.217)	(149.267)			316	84	(152.217)	(149.267)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	25	259.692	172.735	439.929	286.781			259.692	172.735	439.929	286.781
Imposto de renda e contribuição social - correntes	25	(86)	(40)	(79.125)	(184.934)			(86)	(40)	(79.125)	(184.934)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	25	22	(552)	(101.176)	70.296			22	(552)	(101.176)	70.296
Lucro líquido do exercício		259.628	172.143	259.628	172.143			259.628	172.143	259.628	172.143
Quantidade de ações		374.585	374.585	374.585	374.585			374.585	374.585	374.585	374.585
Lucro líquido por ação		693,11	459,56	693,11	459,56			693,11	459,56	693,11	459,56

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024						(Em milhares de Reais)					
	Nota	Individuais		Consolidadas			Nota	Individuais		Consolidadas	
		2025	2024	2025	2024			2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício		259.628	172.143	259.628	172.143			259.628	172.143	259.628	172.143
Outros resultados abrangentes		(62.258)	104.555	(62.258)	104.555			(62.258)	104.555	(62.258)	104.555
Itens que serão reclassificados para resultado		(62.258)	104.555	(62.258)	104.555			(62.258)	104.555	(62.258)	104.555
Ajustes de avaliação patrimonial		(62.258)	104.555	(112.962)	190.100			(62.258)	104.555	(112.962)	190.100
Outros resultados abrangentes de controladas		—	—	(112.809)	190.125			—	—	(112.809)	190.125
Instrumentos financeiros derivativos		—	—	(153)	(25)			—	—	(153)	(25)
Títulos e valores mobiliários		—	—	50.704	(85.545)			—	—	50.704	(85.545)
Efeito fiscal		—	—	50.635	(85.556)			—	—	50.635	(85.556)
Instrumentos financeiros derivativos		—	—	—	—			—	—	—	—
Títulos e valores mobiliários		—	—	69	11			—	—	69	11
Resultado abrangente do exercício		197.370	276.698	197.370	276.698			197.370	276.698	197.370	276.698

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024										(Em milhares de Reais)	
	Capital Social	Reserva de capital	Reserva de Lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Resultados acumulados não apropriados	Total				
			Legal	Especial							
Saldos em 1º de janeiro de 2024	1.353.742	15.214	70.333	1.145.428	(39.541)	—	—	2.545.176			
Ajustes de avaliação patrimonial	—	—	—	—	104.555	—	—	104.555			
Mudanças na consolidação	—	—	—	—	—	—	—	—			
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	172.143	172.143			
Destinações:											
Reserva legal	—	—	8.607	—	—	—	(8.607)	—			
Reserva especial	—	—	—	163.536	—	—	(163.536)	—			
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.353.742	15.214	78.940	1.308.964	65.014	—	—	2.821.874			
Mutações do período	—	—	8.607	163.536	104.555	—	—	276.698			
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.353.742	15.214	78.940	1.308.964	65.014	—	—	2.821.874			
Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21 ¹	—	—	—	—	—	—	(26.703)	(26.703)			
Saldos em 1º de janeiro de 2025	1.353.742	15.214	78.940	1.308.964	65.014	—	(26.703)	2.795.171			
Ajustes de avaliação patrimonial	—	—	—	(116)	(62.258)	—	—	(62.374)			
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	259.628	259.628			
Destinações:											
Reserva legal	—	—	12.979	—	—	—	(12.979)	—			
Reserva especial	—	—	—	219.946	—	—	—	—			
Distribuição de dividendos	—	—	—	(390.000)	—	—	(219.946)	—			
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.353.742	15.214	91.919	1.138.794	2.756	—	—	2.602.425			
Mutações do período	—	—	12.979	(170.170)	(62.258)	—	—	(219.449)			

DAIMLER TRUCK FINANCIAL SERVICES BRASIL HOLDING S.A.

CNPJ nº 54.646.419/0001-44

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

As metodologias usadas para avaliar os valores justos de determinados instrumentos financeiros estão descritas na nota explicativa nº 4.

c. Ativo e passivo fiscal diferido

A política contábil da DTFS Brasil para o reconhecimento do ativo fiscal diferido e do passivo fiscal diferido está descrita na nota explicativa nº 4. Um ativo fiscal diferido é reconhecido quando for provável auferir lucros tributáveis futuros para compensação com as diferenças temporárias dedutíveis. O reconhecimento de um ativo fiscal diferido depende de julgamentos da Administração em relação à probabilidade e à suficiência de lucros tributáveis futuros, reversões futuras de diferenças temporárias tributáveis existentes e estratégias de planejamento fiscal.

O montante do ativo fiscal diferido reconhecido é baseado nas evidências disponíveis sobre as condições na data do balanço e exige que a Administração realize julgamentos significativos, principalmente aqueles com base nas estimativas da Administração para o crescimento dos negócios e perdas de crédito. O julgamento da Administração leva em conta o impacto de evidências negativas e positivas, incluindo os resultados financeiros passados e projeções de lucro tributável futuro.

Os passivos fiscais diferidos são compostos por obrigações fiscais e reconhecidos no momento de sua ocorrência. A nota explicativa nº 24 apresenta informações mais detalhadas sobre os impostos diferidos.

d. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros mantidos para a venda

A entidade avalia o fim de cada período, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade estima o valor recuperável do ativo que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso. Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na demonstração do resultado.

e. Provisões para ações judiciais

A política contábil da DTFS Brasil para reconhecimento das provisões para ações judiciais está descrita na nota explicativa nº 4.

4. RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

a. Conversão de moeda estrangeira

Transações e saldos em moeda estrangeira - As transações originalmente denominadas ou a serem liquidadas em moeda estrangeira são convertidas na moeda funcional usando às taxas de câmbio da data da transação ou da data da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação e da conversão de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira pela taxa de câmbio na data do balanço são reconhecidos no resultado.

b. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são representados por contas correntes em bancos, considerados no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Disponibilidades e pelas Aplicações em Depósitos Interfinanceiros com prazo original igual ou inferior a 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado. Dentre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins.

c. Instrumentos financeiros derivativos - IFD

Os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações de *swap* devem ser avaliados pelos seus valores de mercado contabilizando os ganhos e as perdas não realizados no resultado do período. Os valores relativos ao diferencial a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, e apropriados como receita ou despesa “*pro rata die*” até a data do balanço.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização. O valor de mercado contempla o risco de crédito da contraparte (ajuste de spread de crédito).

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações nas taxas de juros de ativos ou passivos financeiros são considerados instrumentos de proteção (*hedge*) e estão classificados, de acordo com a sua natureza, na categoria de *hedge* de fluxo de caixa. Nesta categoria são classificados os instrumentos financeiros derivativos destinados a compensar a variação do fluxo de caixa futuro estimado.

Para estas operações os instrumentos financeiros derivativos são ajustados ao valor de mercado, sendo que a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações, líquida dos efeitos tributários, registra-se na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”, destacada do Patrimônio Líquido. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de *hedge*, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para *hedge*, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

Para os itens objeto que forem descontinuados da relação de *hedge* de fluxo de caixa e permanecem registrados no balanço, a reserva acumulada no patrimônio líquido será reconhecida de forma linear no resultado pelo período a decorrer da operação.

d. Ativos e Passivos Financeiros

(i) Classificação e Mensuração de Ativos Financeiros

O Conglomerado classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias de mensuração:

- Custo Amortizado;
- Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes;
- Valor Justo por meio do Resultado.

(ii) Provisão para Perda de Crédito Esperada

A perda de crédito esperada é mensurada através do cálculo do valor presente de todos os déficits esperados ao longo da vida de um instrumento financeiro. O déficit aqui utilizado é relacionado à diferença entre os valores de fluxo de caixa contratuais e os fluxos de caixa que o Banco espera receber. Uma vez que a perda de crédito esperada considera tanto o montante pago como o momento do pagamento, a perda de crédito esperada ocorre mesmo se o Banco e a Leasing esperam ser pagos integralmente, mas com atrasos com relação ao prazo contratualmente acordado.

A perda de crédito esperada é descontada à taxa original efetiva do instrumento financeiro com exceção dos instrumentos financeiros originados ou comprados com problemas de recuperação de crédito, os quais são descontados à uma taxa de juros efetiva ajustada determinada em seu reconhecimento inicial.

A mensuração da perda de crédito esperada e dos déficits de fluxo de caixa esperados também levam em consideração os valores de garantias dos ativos financeiros e qualquer outro fator/cláusula adicional ao crédito que fazem parte dos termos contratuais. Assim, são incluídos no cálculo de perda esperada os valores de fluxo de caixas referentes à monetização das garantias estabelecidas, tal como os custos de sua obtenção e seus valores de venda.

O Banco e a Leasing, portanto, calculam a perda esperada através da média ponderada das perdas de crédito esperadas por toda a vida do ativo financeiro com seus respectivos riscos de *default* utilizados como peso para a ponderação.

Para refletir os riscos de *default*, são utilizados dois índices principais com diferentes metodologias e projeções internas: a probabilidade da perda e a severidade de perda. Ambos os índices são construídos através de informações prospectivas e públicas sobre os ativos financeiros tal como o comportamento histórico de migração de contratos entre as diferentes faixas de inadimplência e suas respectivas perdas, recuperação histórica e esperada das possíveis perdas, garantias, determinação de critérios para aumento ou redução significativa de risco de crédito, cenários macroeconômicos e qualquer outra informação relevante para determinação da perda esperada.

O impacto macroeconômico ainda possui um fator de escala utilizado pelo Banco e pela Leasing na mensuração da perda esperada denominado *Future Expectation* (FE). O fator de ajuste é determinado através da observação dos dados macroeconômicos existentes e suas projeções a fim de refletir as condições atuais e informações de crédito em relação a eventos futuros. Tal fator é revisado pela Administração em períodos trimestrais.

A partir de sua mensuração, o modelo de perda esperada demanda a classificação do ativo financeiro em três estágios, os quais são definidos da seguinte maneira:

Estágio 1: Nenhuma deterioração significativa da qualidade de crédito desde a data inicial de reconhecimento (aplicação de perda de crédito esperada de 12 meses).

Estágio 2: Deterioração significativa da qualidade de crédito desde a data inicial de reconhecimento (aplicação de perda de crédito esperada ao longo da vida da operação).

Estágio 3: Evidência objetiva de prejuízo, ou seja, ativos com problemas de recuperação (aplicação de perda de crédito esperada ao longo da vida da operação). Clientes específicos de alçadas de crédito mais elevadas considerados problemáticos são diretamente classificados nesse estágio.

Um ativo migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir. Dessa forma, um ativo financeiro que migrou para os estágios 2 e 3 poderá voltar para o estágio 1.

Aumento significativo no risco de crédito: O Banco e a Leasing avaliam diversos fatores e premissas para determinar se existe um aumento significativo no risco de crédito, tal como deterioração do fluxo de caixa do cliente, aumento da inadimplência, atrasos recorrentes, contraparte, reestruturações de crédito, etc. Além de fatores subjetivos, o Banco e a Leasing adotam como premissas mínimas e objetivas para classificação e transição entre os estágios:

Estágio 1: Inclui todos os contratos sem deterioração significativa da qualidade de crédito, ou seja, novos ativos financeiros ou ativos que possuam menos de 31 dias de atraso. Dessa forma, todos os ativos financeiros são inicialmente alocados nesse estágio.

Estágio 1 para Estágio 2: Ativos financeiros que demonstrem deterioração significativa de sua qualidade de crédito são alocados no Estágio 2. A deterioração significativa de crédito é definida como:

- Atrasos iguais ou superiores a 31 dias;
- Aumento significativo no risco de *default* (probabilidade de perda esperada);
- Aumento significativo das taxas de perda.

Estágio 2 para Estágio 3: Ativos financeiros com evidência objetiva de prejuízo/dificuldade de recuperação devem ser alocados no Estágio 3. A evidência objetiva de prejuízo de um ativo financeiro e de sua dificuldade de recuperação é definida como:

- Significativa dificuldade financeira do emitente ou mutuário;
- Violação de cláusulas ou termos de contrato;
- Violação dos termos de garantia acordados por parte dos avalistas;
- Probabilidade crescente de falência ou outra reorganização financeira por parte do mutuário;
- Desaparecimento de um mercado ativo para o ativo financeiro devido a dificuldades financeiras;
- Compra ou origem de um ativo financeiro com desconto significativo que reflita em perdas de crédito incorridas;
- Atrasos iguais ou superiores a 91 dias ou 61 dias para clientes/operações individualmente relevantes;
- Operações de crédito reestruturadas.

A mensuração das perdas no valor recuperável dos ativos deve ser realizada de modo a segregar as operações/clientes individualmente relevantes e aquelas individualmente não relevantes que possuam similaridades de modo a serem avaliadas coletivamente. A revisão dos ativos financeiros individualmente relevantes é realizada mensalmente pela Administração, ou mais frequentemente quando circunstâncias individuais assim o exigirem. Provisões para redução ao valor recuperável sobre contas individualmente

avaliadas são determinadas através de uma avaliação caso a caso das perdas nos fluxos de caixa originalmente esperados em comparação ao novo fluxo de caixa da operação esperado na data do balanço. Esta avaliação considera as garantias (incluindo as prováveis despesas decorrentes de todo processo até a execução das garantias) e os recebimentos.

(iii) Compensação de instrumentos financeiros

Quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e uma intenção de realizá-los numa base líquida, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente os ativos e passivos financeiros são compensados e é apresentado no balanço patrimonial o valor líquido. Não houve compensação de instrumentos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(iv) Operações de crédito renegociadas

A Administração considera como eventos de renegociação, qualquer alteração contratual (prazo, fluxo, desconto, etc.) ocasionada devido a uma dificuldade de pagamento por parte do cliente, sendo estes eventos indicativos de perda no valor recuperável dos ativos. A partir destes eventos as operações são classificadas como Estágio 3 e, nos fluxos financeiros esperados, passam a ser considerados eventuais custos legais e do processo de recuperação. Embora os mesmos não sejam considerados como vencidos, sua provisão é calculada com base na comparação do fluxo financeiro originalmente pretendido e o novo fluxo financeiro afetado pelo evento de perda identificado e considerando todas as garantias.

(v) Baixa de instrumentos financeiros

Ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais do recebimento dos fluxos de caixa provenientes desses ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios.

A totalidade ou a parte de um ativo financeiro, é baixada contra a respectiva perda de crédito esperada quando não há expectativa razoável de recuperação. Esses créditos são baixados após a finalização de todos os procedimentos necessários de recuperação para a determinação do valor da perda. Recuperações subseqüentes de valores previamente baixados são creditadas na demonstração do resultado. O Conglomerado Financeiro Mercedes-Benz avalia o controle do instrumento, a fim de assegurar seu envolvimento contínuo ou ativo.

(vi) Classificação e mensuração de passivos financeiros

Depósitos de instituições financeiras e de clientes, obrigações por empréstimos e repasses e títulos de dívidas emitidos são mensurados pelo custo amortizado utilizando a taxa efetiva de juros, a qual desconta os pagamentos futuros estimados ao longo da existência do instrumento. O cálculo da taxa efetiva inclui todas as despesas e receitas incrementais associadas ao instrumento financeiro. As despesas de juros correspondentes destes instrumentos financeiros são incluídas na demonstração consolidada do resultado na rubrica de despesas com juros e similares.

e. Imobilizado de uso

Os itens do ativo imobilizado são demonstrados ao custo, subtraindo-se a depreciação acumulada e eventuais perdas no valor recuperável. A depreciação é efetuada de modo a reconhecer o custo, menos o valor residual estimado de cada ativo. Ela é calculada pelo método linear com base nas seguintes taxas anuais:

Ativo	Vida útil estimada	Taxa de depreciação anual
Móveis e equipamentos de uso/Sistemas de comunicação/Instalações	10 anos	10%
Equipamentos de processamento de dados/Sistemas de transporte	5 anos	20%
Os custos subseqüentes são adicionados ao valor contábil do ativo ou reconhecidos como outro ativo, dependendo do caso, somente quando houver probabilidade de que serão gerados benefícios econômicos futuros associados ao ativo. São reconhecidos no resultado do período em que são incorridas todas as despesas relativas à manutenção e reparo.		
Ao final de cada exercício os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, caso seja apropriado.		
f. Imobilizado de uso		
Os ativos intangíveis são constituídos por aquisição de licença de direito de uso de softwares e cujas amortizações são efetuadas às taxas de 20% ao ano, que consideram o prazo de vida útil dos ativos.		

Redução no valor recuperável de imobilizado de uso e intangíveis

Na data-base de divulgação das demonstrações financeiras, a empresa tem como prática a revisão quanto a eventos ou circunstâncias que indicam que o valor contábil de um ativo não financeiro pode ser irrecuperável. Essa revisão ocorre ao menos anualmente, mas caso ocorram eventos ou mudanças que indiquem uma possível perda de valor recuperável, este teste pode ser efetuado com maior frequência. Na existência de alguma indicação de perda, deve ser calculado o valor recuperável deste ativo.

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros deve ser reconhecida como perda quando o valor contábil do ativo for maior do que o valor recuperável. As perdas por *impairment* deverão ser registradas no resultado do período em que foram identificadas.

g. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social do período corrente e diferido são calculados com base na alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil por ano para o imposto de renda e para a Contribuição Social é calculada com base na alíquota de 9% e considera a compensação de prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitadas a 30% do lucro real.

São reconhecidas as despesas de IRPJ e CSLL na demonstração consolidada do resultado, exceto quando resulta de uma transação registrada diretamente no patrimônio líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido também no patrimônio líquido.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil nas demonstrações financeiras. O ativo fiscal diferido é reconhecido na medida em que for provável que haverá lucros tributários futuros para compensação com essas diferenças.

Os impostos correntes e diferidos (ativos e passivos) são reconhecidos como benefício ou despesa de imposto de renda na demonstração consolidada do resultado. Os créditos tributários de IRPJ e CSLL, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de CSLL e adições temporárias, são registrados na rubrica ativo fiscal diferido, e a provisão para as obrigações fiscais diferidas é registrada na rubrica passivo fiscal diferido.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre os quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

h. Valor justo

Para mensuração do valor justo e critérios de hierarquia, a empresa utiliza premissas de acordo com cada tipo de instrumento financeiro e através de dados disponíveis no mercado. As informações detalhadas estão disponíveis na nota explicativa nº 10.

i. Ativos não correntes mantidos para a venda

São classificados na categoria de ativos não correntes mantidos para a venda e reconhecidos na rubrica Outros Ativos no ativo circulante, os bens retomados por execução de garantias prestadas em operações de créditos não performadas, cujo valor contábil venha a ser recuperado, principalmente por meio de uma transação de venda, ao invés do uso continuado.

Uma vez classificados nesta categoria, os ativos são mensurados ao menor dentre o valor contábil ou valor justo menos os custos para venda.

Estes ativos não são amortizados e estão sujeitos a “*impairment*”. A perda por “*impairment*” é reconhecida no resultado e podem ser revertidas.

j. Operações de arrendamento

É incluído na conta Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, o investimento líquido em arrendamentos financeiros; já as receitas brutas no prazo do arrendamento são reconhecidas de modo a gerar uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido. Os pagamentos a receber são apresentados na rubrica operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro. Os custos diretos de arrendamentos são incorporados ao valor do reconhecimento inicial do ativo.

O risco de valor residual ocorre devido à incerteza do valor de um ativo ao fim do prazo do contrato. Ao longo da vida do ativo, seu valor residual irá variar devido às incertezas do mercado futuro, as mudanças tecnológicas ou inovações em produtos e a condições econômicas em geral.

Os valores residuais são definidos no início do contrato de arrendamento com base nas expectativas da Administração de valores futuros. Durante o prazo do arrendamento, os valores residuais são revisados anualmente, de modo a identificar qualquer possível redução no valor recuperável. Qualquer redução no valor residual que resulte em uma redução no valor recuperável de um ativo é reconhecida imediatamente.

k. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando for provável haver necessidade de recursos econômicos para liquidar uma obrigação legal atual ou construtiva, como resultado de eventos passados, e o valor da obrigação puder ser estimado de maneira confiável. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados conforme a seguir:

(i) ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

(ii) provisões - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

(iii) passivos contingentes - classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão ou divulgação;

(iv) obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal;

(v) depósitos judiciais - são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes.

l. Patrimônio líquido

O patrimônio líquido é composto por capital social, reservas de capital e reservas de lucros. O capital social e as reservas estão detalhadas na nota explicativa nº 25. O capital social é composto por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Os dividendos sobre ações são reconhecidos no momento em que são aprovados pela Assembleia Geral.

n. Receita e despesa líquida de juros e similares

São reconhecidas na demonstração individual e consolidada do resultado as receitas e despesas de juros e similares sobre ativos e passivos financeiros utilizando-se o método da taxa efetiva de juros. O método da taxa efetiva de juros é utilizado para calcular o custo amortizado de ativo ou de passivo financeiro e de alcora receitas ou despesas de juros no respectivo período.

A taxa efetiva de juros é a taxa de desconto que é aplicada sobre os pagamentos ou recebimentos futuros estimados ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro. Ao calcular a taxa efetiva de juros, o Conglomerado Financeiro Mercedes-Benz estima os fluxos de caixa, considerando todos os termos contratuais do

instrumento financeiro, mas não considera perdas de crédito futuro. O cálculo inclui as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e os outros prêmios ou descontos.

n. Receitas e despesas de taxas e comissões

A DTFS Brasil aufera receita de serviços e comissões por meio de diversos tipos de serviços que fornece aos seus clientes. Taxas auferidas com a prestação de serviços são apropriadas ao longo do mesmo período em que os serviços são prestados. O reconhecimento de receitas de serviços providas de contratos com clientes é reconhecido pelo valor que reflita contraprestação a que a entidade espera ter direito em troca desses produtos ou serviços. O processo de reconhecimento de receitas ocorre de acordo com as seguintes etapas:

- Identificação do contrato e obrigações de desempenho;
- Determinação do preço da transação;
- Alocação do preço da transação; e
- Reconhecimento da receita.

Despesas com serviços prestados e comissões pagas são apropriadas ao longo do período em que os serviços são prestados.

Se houver um instrumento financeiro associado e as receitas ou despesas provenientes das tarifas e comissões forem consideradas como parte da taxa de juros efetiva, passam a ser reconhecidas de forma diferida no resultado pelo fluxo e prazo do instrumento financeiro.

o. Resultado de instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

Na rubrica resultado de instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são contabilizados os ganhos e perdas realizados e não realizados provenientes do ajuste do valor justo e o resultado relacionado à negociação de referidos ativos financeiros.

A baixa de passivos financeiros é feita quando há a extinção deles, quando é realizado o pagamento, seu cancelamento ou há a sua expiração.

p. Normas, alterações e interpretações de normas existentes

(i) Normas emitidas recentemente e aplicáveis em períodos futuros

As normas a seguir entrarão em vigor em períodos após a data destas demonstrações financeiras e não foram adotados antecipadamente:

IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: Substitui a IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras. A IFRS 18 introduz novos subtítulos e três categorias para receitas e despesas (operacionais, de investimento e de financiamento) na estrutura da demonstração de resultados. Também requer que as empresas divulguem explicações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração relacionadas à demonstração de resultados. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros Divulgações: Publicado em maio de 2024, as alterações tratam, basicamente, dos seguintes temas: data de reconhecimento e baixa dos instrumentos financeiros e características relevantes na avaliação dos fluxos de caixa dos instrumentos financeiros para classificação e mensuração. Adicionalmente são aprimoradas as divulgações relativas aos instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e instrumentos financeiros vinculados a eventos contingentes. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada, com aplicação retrospectiva. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

Individuais		Consolidadas	
2025	2024	2025	2024
Receita de juros calculada pelo método de Juros efetivos			
Empréstimos e recebíveis	–	–	2.909.396
Outras receitas de juros	266	210	53.291
Aplicações financeiras e interfinanceiras de liquidez	266	210	53.291
Despesas com juros e similares	–	–	(2.106.089)
Obrigações por empréstimos e repasses	–	–	(944.756)
Despesas com depósitos	–	–	(679.822)
Despesas com letras financeiras subordinadas derivado com instrumentos financeiros	–	–	(579.875)
Resultado líquido de comissões	–	–	98.364
Receitas com comissões sobre venda de seguros	–	–	83.883
Despesa com comissões sobre venda de seguros	–	–	(16.073)
Impostos incidentes (ISS, PIS e COFINS)	–	–	(3.816)
Resultado bruto de intermediação financeira	266	210	920.592

Individuais		Consolidadas	
2025	2024	2025	2024
6. RESULTADO COM PERDAS POR IMPAIRMENT DE ATIVOS FINANCEIROS			
(Constituição) de <i>impairment</i> sobre operações de liquidação duvidosa	–	–	(275.195)
Recuperação de créditos anteriormente baixados como prejuízo (Nota 14e)	–	–	73.051
Total	–	–	(202.144)
7. DESPESAS DE PESSOAL			
Individuais		Consolidadas	
2025	2024	2025	2024
Proventos	(60.161)	–	(68.955)
Encargos sociais	(22.639)	–	(20.493)
Outros benefícios dos funcionários	(2.438)	–	(17.623)
Treinamento	(386)	–	(244)
Remuneração de estagiários	(636)	–	(530)
Total	(101.260)	–	(107.845)
a. Remuneração da Administração			
Salários e honorários da Administração	–	–	–
Remuneração	–	–	4.197
As empresas do Conglomerado não têm por política oferecer plano de pensão e/ou quaisquer tipos de benefícios pós-emprego ou remuneração baseada em ações.	–	–	4.090

(Constituição) de <i>impairment</i> sobre operações de liquidação duvidosa	(275.195)	(250.912)
Recuperação de créditos anteriormente baixados como prejuízo (Nota 14e)	73.051	74.552
Total	(202.144)	(176.360)
7. DESPESAS DE PESSOAL		
	Consolidadas	
	2025	2024
Proventos	(60.161)	(68.955)
Encargos sociais	(22.639)	(20.493)
Outros benefícios dos funcionários	(17.438)	(17.623)
Treinamento	(386)	(244)
Remuneração de estagiários	(636)	(530)
Total	(101.260)	(107.845)
a. Remuneração da Administração		
Salários e honorários da Administração	2025	2024
Remuneração	4.197	4.090
As empresas do Conglomerado não têm por política oferecer plano de pensão e/ou quaisquer tipos de benefícios pós-emprego ou remuneração baseada em ações.		
8. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		

DAIMLER TRUCK FINANCIAL SERVICES BRASIL HOLDING S.A.

CNPJ nº 54.646.419/0001-44

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

integrantes da carteira, por uma estimativa mais próxima possível dos valores praticados no mercado financeiro. O preço de mercado é obtido através de desconto de fluxos de amortizações e pagamentos de juros futuros com taxas e cotações divulgadas pela ANBIMA e B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

c. Ativos financeiros e passivos financeiros não mensurados a valor justo por meio do resultado

Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros do Conglomerado.

	2025		2024	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
CONSOLIDADAS				
Ativos financeiros	19.238.698	16.266.298	19.581.043	18.615.148
Ativos financeiros ao custo amortizado	19.238.698	16.266.298	19.581.043	18.615.148
Passivos financeiros	(17.132.436)	(17.132.436)	(17.142.180)	(17.142.180)
Depósitos	(4.896.787)	(4.896.787)	(5.840.041)	(5.840.041)
Obrigações por empréstimos e repasses	(7.446.827)	(7.446.827)	(7.056.443)	(7.056.443)
Títulos de dívidas emitidos	(4.788.822)	(4.788.822)	(4.245.696)	(4.245.696)
Total	2.106.262	(866.138)	2.438.863	1.472.968

Os montantes de valor justo apresentados no quadro acima representam as melhores estimativas do Conglomerado Financeiro Mercedes-Benz baseadas em uma série de metodologias e premissas.

Em geral, o valor contábil de instrumentos financeiros de curto prazo não contabilizados a valor justo, incluindo valores a pagar e/ou a receber gerados no curso normal do negócio, se aproximam do valor justo, considerando o período relativamente curto entre sua originação e expectativa de realização.

O valor justo da rubrica Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, é apurado através do cálculo do valor presente do fluxo financeiro futuro da carteira de operações de crédito na data-base de fechamento. A taxa utilizada para o cálculo corresponde à taxa média contratada nas operações concedidas no mês de fechamento do exercício.

Para depósitos de instituições financeiras, de clientes e títulos de dívida emitidos, o valor justo dos recursos a taxas fixas com vencimentos preestabelecidos foi calculado mediante os fluxos de caixa descontados nas condições contratuais e às taxas de títulos prefixados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão na data-base de balanço. Para os recursos a taxas variáveis, o valor justo foi considerado aproximadamente equivalente ao valor contábil.

Quanto a obrigações por empréstimos e repasses, os valores justos foram calculados mediante os fluxos de caixa descontados pelas taxas médias de *funding* do portfólio.

11. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Individuais Consolidadas	
	2025	2024
Disponibilidades	6	22
Aplicações interfinanceiras de liquidez¹	22	988
Total	6	22

¹ Referem-se a ativos financeiros com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias.

12. ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

a. Composição de títulos e valores mobiliários por meio de outros resultados abrangentes

Título	Individuais		Consolidadas	
	2025	2024	2025	2024
Certificado de Depósito Bancário				
Maior que 360 dias	1.931	1.984	—	—
Até 90 dias	—	—	—	—
Maior que 360 dias	—	—	296.531	259.193
Sem vencimento	—	—	896	784
Total	1.931	1.984	297.427	259.977

13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Conglomerado Financeiro Mercedes-Benz, através do Banco, se utiliza de instrumentos financeiros derivativos para gerenciar, de forma consolidada, suas posições e atender às necessidades de sua operação, classificando as posições próprias em destinadas a *hedge* de fluxo de caixa. A estratégia de *hedge* das posições patrimoniais está em consonância com as análises macroeconômicas e é aprovada pela Administração.

Riscos

Os principais riscos, inerentes aos instrumentos financeiros derivativos, decorrentes dos negócios do Banco são os de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

Risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a: (a) Não cumprimento pela contraparte (o tomador de recursos, o garantidor ou o emissor de títulos ou valor mobiliário adquirido), de suas obrigações nos termos pactuados; (b) Desvalorização, redução de rendimentos e ganhos esperados em instrumentos financeiros decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; (c) Reestruturação de instrumentos financeiros; ou (d) Custos de recuperação de exposições de ativos problemáticos.

Os contratos de *swaps* registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão estão sujeitos ao risco de crédito caso a contraparte não tenha capacidade ou disposição para cumprir suas obrigações contratuais.

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas por uma Instituição Financeira. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação de fatores de riscos, tais como taxas de juros, paridades cambiais, preços de ações e de *commodities*, entre outros.

O risco de liquidez é definido pela:

• Possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e

• Possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado, uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

a. Composição da carteira de derivativos

Hedge de fluxo de caixa

Para proteger os fluxos de caixa futuros contra a exposição ao risco de variações na taxa de juros variável (CDI), o Banco adquiriu contrato de *swap* no mercado de balcão, registrado na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão.

	2025				2024			
Swap	Local de negociação	Valor de referência	Valor contratual	Valor justo	Ajuste ao valor justo	Valor de referência	Valor contratual	Ajuste ao valor justo
Posição Ativa - DI	Balcão -	2.283.100	2.480.316	2.491.868	11.552	3.548.994	4.011.182	4.011.613
Posição Ativa - Dólar + Juros	Instituições financeiras	60.000	62.161	61.874	(287)	—	—	—
Posição Passiva - Pré	financeiras (2.343.100)	(2.525.492)	(2.532.300)	(6.808)	(3.548.994)	(3.979.300)	(3.862.461)	116.839
Diferencial a receber/a pagar		—	16.985	21.442	4.457	—	31.882	149.152

Vencimento em dias	Até 90				91 a 180		181 a 360		Acima de 360		Valor justo
	2025	2025	2024	2024	2025	2025	2024	2024	2025	2025	
Swap - Valor de referência	—	—	—	—	—	—	758.600	1.584.500	2.343.100	—	—
Swap - Valor de referência	118.994	330.000	2.491.400	608.600	3.548.994	—	—	—	—	—	—

	2025				2024			
Hedge de fluxo de caixa	Instrumento financeiro	Valor de referência	Parcela efetiva acumulada - MTM - PL	Valor de referência	Parcela efetiva acumulada - MTM - PL	Valor de referência	Parcela efetiva acumulada - MTM - PL	Valor de referência
Instrumento de hedge	Swap - DI x Pré	2.283.100	5.623	3.548.994	117.270	—	—	—
	Cambial	60.000	(1.166)	—	—	—	—	—
	Depósitos interfinanceiros	150.000	—	200.000	—	—	—	—
	Depósitos a prazo	—	—	1.033.500	—	—	—	—
	Letras financeiras - Pós	2.133.100	—	2.315.494	—	—	—	—
Item objeto de hedge	Obrigações por empréstimos e repasses	60.000	—	—	—	—	—	—

Não houve parcela inefetiva (ganhos/perdas) relativos ao *hedge* contábil de fluxo de caixa registrados em contas de resultado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

b. Desembolsos futuros dos objetos de hedge

	2025				2024			
Vencimento em dias	Até 90	91 a 180	181 a 360	Acima de 360	Total	Até 90	91 a 180	181 a 360
Depósitos interfinanceiros	—	—	150.000	—	150.000	—	—	150.000
Letras financeiras	—	—	608.600	1.524.500	2.133.100	—	—	2.133.100
Obrigações por empréstimos e repasses	—	—	—	60.000	60.000	—	—	60.000
Total	—	—	758.600	1.584.500	2.343.100	—	—	200.000
Depósitos interfinanceiros	—	—	200.000	—	200.000	—	—	200.000
Depósitos a prazo	—	330.000	703.500	—	1.033.500	—	—	1.033.500
Letras financeiras	118.994	—	1.587.900	608.600	2.315.494	—	—	2.315.494
Total	118.994	330.000	2.491.400	608.600	3.548.994	—	—	608.600

14. ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO

a. Composição da carteira

Operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro

Operações de crédito

Operações de arrendamento

(–) Provisão para perda

Operações de crédito

Operações de arrendamento

Total de ativos financeiros ao custo amortizado

b. Composição da carteira por indexadores

	2025		2024	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Prefixado	15.754.570	81,89%	15.729.452	80,33%
Pós-fixado	3.484.128	18,11%	3.851.591	19,67%
Total	19.238.698	100%	19.581.043	100%

c. Reconciliação da carteira bruta segregadas por estágios:

	2025			Total
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	
Sem atraso	14.739.251	2.468.845	245.127	17.453.223
Atraso até 30 dias	408.830	213.944	295.452	918.226
Atraso de 31 a 60 dias	—	273.516	16.910	290.426
Atraso de 61 a 90 dias	—	112.947	10.315	123.262
Atraso de 91 a 180 dias	—	—	107.743	107.743
Atraso superior a 180 dias	—	—	345.818	345.818
Total de empréstimos e recebíveis	15.148.081	3.069.252	1.021.365	19.238.698

	2024			Total
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	
Sem atraso	14.179.056	3.814.025	141.636	18.134.717
Atraso até 30 dias	441.227	107.680	162.289	711.196
Atraso de 31 a 60 dias	—	252.871	15.518	268.389
Atraso de 61 a 90 dias	—	99.022	47.684	146.706
Atraso de 91 a 180 dias	—	—	116.263	116.263
Atraso superior a 180 dias	—	—	203.772	203.772
Total de empréstimos e recebíveis	14.620.283	4.273.598	687.162	19.581.043

d. Provisão para perda

O quadro abaixo apresenta a movimentação da provisão para perdas com redução ao valor recuperável em empréstimos e recebíveis.

	2025		2024	
	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Saldo em 31 de dezembro de 2024
Adições/Reversões	(49.681)	(21.775)	262.468	191.012
Baixados para prejuízo	—	—	(290.705)	(290.705)
Transferência entre estágios	66.540	(73.363)	6.823	—
Estágio 1	71.809	(65.177)	(6.632)	—
Estágio 2	(3.713)	10.901	(7.188)	—
Estágio 3	(1.556)	(19.087)	20.643	—
Saldo em 31 de dezembro de 2024	96.038	96.699	282.959	475.696
Adições/Reversões	6.756	38.400	159.457	204.613
Baixados para prejuízo	—	—	(43.149)	(43.149)
Transferência entre estágios	15.110	(18.352)	3.242	—
Estágio 1	28.758	(16.100)	(12.658)	—
Estágio 2	(9.564)	12.826	(3.262)	—
Estágio 3	(4.084)	(15.078)	19.162	—
Saldo em 31 de dezembro de 2025	117.904	116.747	402.509	637.160

e. Créditos baixados como prejuízo

Créditos baixados como prejuízo

	2025	2024
Saldo inicial	609.320	471.912
Operações registradas como prejuízo	43.149	290.705
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	(73.051)	(74.552)
Descontos concedidos	(53.337)	(78.745)
Saldo final	526.081	609.320

15. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

a. Posição patrimonial das controladas diretas

	Controladas Diretas				Controlada Indireta	
	Banco	Rental	Corretora	Leasing	2025	2024
POSIÇÃO PATRIMONIAL	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	71.929	43.038	232	30	46	11
Ativos financeiros	18.869.738	19.465.730	24.421	98.184	18.383	54.016
Ativos fiscais	681.335	729.550	6.757	6.731	—	—
Imobilizado de uso	12.159	13.738	157.119	6.104	—	—
Ativos intangíveis	17.216	4.859	—	—	—	—
Investimentos	155.620	141.335	—	—	—	—
Outros ativos	452.374	443.263	141.439	155.093	22.392	13.953
Total do ativo	20.260.371	20.841.513	329.968	266.142	40.821	67.980
Passivos financeiros	17.245.402	17.421.052	—	—	—	—
Provisões	268.775	249.491	—	—	2.188	2.192
Obrigações fiscais	84.114	243.005	—	—	3.018	1.992
Outros passivos	283.009	318.315	213.676	150.554	2.501	7.308
Patrimônio líquido	2.379.071	2.609.650	116.292	115.588	33.114	56.488
Total do passivo	20.260.371	20.841.513	329.968	266.142	40.821	67.980

financeira	782.539	723.271	(1.356)	12.031	56.802	41.555	21.320	17.148
Outras receitas/despesas operacionais	(460.201)	(526.319)	3.573	(10.478)	(10.935)	(12.260)	1.228	(1.354)
Imposto de renda e contribuição social	(133.552)	(77.514)	(744)	(597)	(10.297)	(6.298)	(8.146)	(5.713)
Lucro líquido do exercício	188.786	119.438	1.473	956	35.570	22.997	14.402	10.081
% participação	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

DAIMLER TRUCK FINANCIAL SERVICES BRASIL HOLDING S.A.

CNPJ nº 54.646.419/0001-44

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

	Individuais			
	2025		2024	
	Provisões	Depósitos	Provisões	Depósitos
Fiscais - Federais	1.923	5.889	1.847	5.341
Total de provisões de contingências	1.923	5.889	1.847	5.341
	Consolidadas			
	2025		2024	
	Provisões	Depósitos	Provisões	Depósitos
Trabalhistas ¹	49.865	953	43.347	757
Cíveis ²	37.375	2.528	36.752	1.555
Fiscais - Federais ³	230.552	234.518	217.067	220.561
Fiscais - Municipais	–	265	4.623	235
Total de provisões de contingências	317.792	238.264	301.789	223.108

¹ Referem-se à ações judiciais de caráter indenizatório por dano material e/ou moral e revisionais a questionamentos dos clientes nas cláusulas contratuais das operações de crédito e multas e IPVA não pagos.

² Referem-se à provisão para processos movidos, em sua grande maioria, por ex-empregados, cuja natureza das reclamações envolve substancialmente indenizações, horas extras, adicional de função, equiparação salarial bem como seus reflexos.

³ Referem-se, a provisão com: a) PIS sobre as receitas não decorrentes da prestação de serviços, b) COFINS sobre as receitas não decorrentes da prestação de serviços.

b. Movimentação das provisões

	Individuais					
	2025					
	Saldo inicial	Atualização	Constituição	Reversão	Realização	Saldo final
Fiscais - Federais	1.847	76	–	–	–	1.923
Total 2024	1.847	76	–	–	–	1.923
Fiscais - Federais	1.788	59	–	–	–	1.847
Total	1.788	59	–	–	–	1.847
	Consolidado					
	2025					
	Saldo inicial	Atualização	Constituição	Reversão	Realização	Saldo final
Trabalhistas	43.347	4.586	12.912	(7.420)	(3.560)	49.865
Cíveis	36.752	5.033	1.858	(3.723)	(2.545)	37.375
Fiscais - Federais	217.067	13.485	–	–	–	230.552
Fiscais - Municipais	4.623	552	–	(5.175)	–	–
Total	301.789	23.656	14.770	(16.318)	(6.105)	317.792
	2024					
	Saldo inicial	Atualização	Constituição	Reversão	Realização	Saldo final
Trabalhistas	41.505	3.590	18.061	(14.023)	(5.786)	43.347
Cíveis	29.030	2.585	10.147	(2.283)	(2.727)	36.752
Fiscais - Federais	206.489	10.578	–	–	–	217.067
Fiscais - Municipais	8.148	937	–	(4.462)	–	4.623
Total	285.172	17.690	28.208	(20.768)	(8.513)	301.789

c. Contingências ativas e passivas não provisionadas

As contingências passivas relevantes avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de riscos possíveis, não reconhecidas contabilmente estão apresentadas abaixo:

	Individuais		Consolidadas	
	2025	2024	2025	2024
	–	–	1.011	1.006
Cíveis	–	–	–	–
Litígios fiscais e tributários ^{1,2}	17.245	37.274	38.212	56.658
Total	17.245	37.274	39.223	57.664

¹ Execução Fiscal movida pela União Federal (0513274-38.1997.4.03.6182, a qual está ligada ao processo 0033236-88.1999.403.6100) onde é questionado o recolhimento da CSLL do ano base de 1991, efetuado integralmente pela Companhia. A Procuradoria da Fazenda entende que o valor atinente a uma das parcelas estaria em aberto. O êxito da demanda depende, sobretudo, da comprovação pericial de que todos os valores foram recolhidos. O valor possível de perda atualizado é de aproximadamente R\$ 17.245 (R\$ 16.247 em 2024), sendo que parte do valor mencionado está garantido por depósito judicial.

² O processo administrativo 10880.020816-96/14 refere-se ao questionamento pela União Federal das compensações efetuadas pela Companhia, sobre os valores devidos de PIS e COFINS entre dezembro/2001 e fevereiro/2004, com os créditos tributários gerados pelo recolhimento do PIS nos termos dos decretos nº 2445 e 2449, sendo esse recolhimento declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. O êxito da demanda depende, sobretudo, da homologação dos créditos tributários gerados. O valor máximo possível de perda atualizado é de aproximadamente R\$ 0 (R\$ 21.027 em 2024).

23. OUTROS PASSIVOS

	Individuais		Consolidadas	
	2025	2024	2025	2024
	1.546	1.660	247.473	287.608
Circulante	1.546	1.660	247.473	287.608
Receitas diferidas ¹	–	–	7.529	13.495
Valores residuais a balancear	–	–	125.432	72.190
Pagamentos a processar - Imobilizado em andamento ²	–	–	–	72.005
Provisão para despesas de pessoal	–	–	25.879	31.933
Outras despesas administrativas	1.546	1.442	33.822	21.326
Aquisição de recebíveis a pagar - AoR	–	–	–	52.628
Cobrança de operações de créditos a processar	–	–	10.114	6.422
Seguros a processar	–	–	1.989	9.616
Outros passivos	–	218	42.708	7.993
Não circulante	–	–	78.138	146.544
Receitas diferidas ¹	–	–	63.410	128.920
Provisão para despesas de pessoal	–	–	14.728	17.624
Total	1.546	1.660	325.611	434.152

¹ Composto por subsídios recebidos da Mercedes-Benz do Brasil Ltda. referentes a “contrato de equalização de taxas de juros” das operações de repasses do BNDES Finame PSI e por campanhas de estímulo e incremento das vendas de veículos de fabricação da montadora por valores considerados suficientes para remunerar adequadamente as operações efetuadas pelo Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A., no montante de R\$ 70.939 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 142.415 em 2024) que são apropriados ao resultado pelo prazo contratual.

² Refere-se à aquisição de veículos realizada pela Rental em 2024, com recebimento programado para 2025.

24. ATIVOS E OBRIGAÇÕES FISCAIS

a. Conciliação da despesa total de impostos

A conciliação entre a despesa de imposto e o lucro contábil apurado pela alíquota de imposto para o exercício findo em 31 de dezembro é a seguinte:

	Individuais		Consolidadas	
	2025	2024	2025	2024
	259.692	172.735	439.929	286.781
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	259.692	172.735	439.929	286.781
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15% respectivamente	–	–	(156.636)	(102.332)
Contribuição social a alíquota 5%	–	–	(16.524)	(10.133)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9% respectivamente	(88.295)	(58.730)	(16.400)	(10.489)
Encargo total de imposto de renda e contribuição social	(88.295)	(58.730)	(189.560)	(122.954)

Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:				
Adições temporárias e definitivas	(27)	(26)	(153.821)	(288.503)
Exclusões temporárias e definitivas	88.212	58.698	254.474	213.292
Superveniência/insuficiência de depreciação PAT, vale cultura e adicional do imposto de renda	–	–	2.102	1.805
Ajuste imposto na fonte do ano	24	18	89	187
Compensação/constituição de prejuízo fiscal e base negativa	–	–	(3.406)	1.088
Efeito registro contábil do incentivo fiscal da LEI DO BEM	–	–	5.717	6.513
Efeito da não tributação da reversão de provisão - Presumido	–	–	137	313
Efeito da não tributação da receita de comissão - Presumido	–	–	16.043	9.699
Efeito da não tributação do total de despesas - Presumido	–	–	(10.925)	(6.374)
Ajuste provisão anos anteriores	–	–	–	–
Imposto de renda e contribuição social corrente do exercício	(86)	(40)	(79.125)	(184.934)
Exclusões temporárias	22	(552)	(99.265)	72.517
Superveniência/insuficiência de depreciação	–	–	(2.102)	(1.805)
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	–	–	4.447	(416)
Depreciação contábil versus fiscal	–	–	(4.256)	–
Imposto de renda e contribuição social diferido do exercício	22	(552)	(101.176)	70.296
Imposto de renda e contribuição social total do exercício	(64)	(592)	(180.301)	(114.638)
Lucro líquido do exercício	259.628	172.143	259.628	172.143
b. Composição de impostos e contribuições a compensar				
	Individuais		Consolidadas	
	2025	2024	2025	2024
	9	13	62.252	53.897
Antecipações de impostos e contribuições a compensar	–	–	7.559	10.621
Impostos e contribuições a restituir de exercícios anteriores	–	–	–	–
Impostos e contribuições a compensar de exercícios anteriores	1.447	1.240	9.867	9.456
Imposto de renda retido na fonte	21	27	4.260	2.530
Total	1.477	1.280	83.938	76.504
c. Composição de obrigações com impostos e contribuições				
	Individuais		Consolidadas	
	2025	2024	2025	2024
	99	42	76.520	186.876
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	–	–	5.177	2.594
Impostos e contribuições a recolher sobre salários	–	–	–	–
Impostos e contribuições a recolher sobre serviços de terceiros	–	–	112	158
Outros impostos e contribuições a recolher	–	–	7.001	4.968
Total	99	42	88.810	194.596

d. Origem e natureza dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Individuais			
	2025		2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Provisão para ações judiciais fiscais	481	173	462	166
Outras diferenças temporárias	329	119	332	120
Total	810	292	794	286
Total ativo tributário diferido	1.102	1.080		
	Consolidadas			
	2025		2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Provisão para perdas com redução ao valor recuperável	241.490	192.755	260.553	208.059
Provisão para desvalorização de ativos não correntes mantidos para a venda	12.055	9.644	9.265	7.412
Provisão para ações judiciais fiscais	25.912	20.033	27.049	20.719
Provisão para ações judiciais cíveis	9.344	6.399	9.188	6.276
Provisões para ações judiciais trabalhistas	11.919	9.535	10.289	8.225
Prejuízo fiscal/Base negativa	4.464	7.076	541	6.551
MTM - Patrimônio líquido	291	105	–	–
Outras diferenças temporárias	24.583	19.625	54.148	41.421
Total	330.058	265.172	371.033	298.663
Total ativo tributário diferido	595.230	669.696		

e. Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Individuais			
	2024	Constituição	Realização	2025
	628	26	–	654
Provisão para ações judiciais fiscais	452	–	(4)	448
Outras diferenças temporárias	1.080	26	(4)	1.102
Total	2023	Constituição	Realização	2024
Provisão para ações judiciais fiscais	608	20	–	628
Outras diferenças temporárias	1.023	3	(574)	452
Total	1.631	23	(574)	1.080
	Consolidadas			
	2024	Constituição	Realização	2025
	468.612	68.930	(103.297)	434.245

Provisão para perdas com redução ao valor recuperável	16.677	52.304	(47.282)	21.699
Provisão para desvalorização de ativos não correntes mantidos para a venda	47.768	27	(1.850)	45.945
Provisão para ações judiciais fiscais	15.464	789	(510)	15.743
Provisões para ações judiciais trabalhistas	18.514	2.959	(19)	21.454
Prejuízo fiscal/Base negativa	7.092	5.335	(887)	11.540
MTM - Patrimônio líquido	–	396	–	396
Outras diferenças temporárias	95.569	33.906	(85.267)	44.208
Total	669.696	164.646	(239.112)	595.230
2023	Constituição	Realização	2024	
Provisão para perdas com redução ao valor recuperável	380.999	165.684	(78.071)	468.612
Provisão para desvalorização de ativos não correntes mantidos para a venda	41.411	37.070	(61.804)	16.677
Provisão para ações judiciais fiscais	49.158	20	(1.410)	47.768
Provisão para ações judiciais cíveis	12.170	3.934	(640)	15.464
Provisões para ações judiciais trabalhistas	17.685	916	(87)	18.514
Prejuízo fiscal/Base negativa	7.822	–	(730)	7.092
MTM - Patrimônio líquido	32.785	–	(32.785)	–
Outras diferenças temporárias	90.468	67.637	(62.536)	95.569
Total	632.498	275.261	(238.063)	669.696

f. Movimentação do passivo fiscal diferido

	Consolidadas			
	2024	Constituição	Realização	2025
	(194)	(50)	–	(244)
Títulos disponíveis para venda	(229)	–	118	(111)
Títulos disponíveis para venda - Próprios	(52.771)	50.241	–	(2.530)
MTM - Patrimônio Líquido	–	(4.256)	–	(4.256)
Depreciação contábil versus fiscal	–	(133)	–	(133)
Obrigações fiscais diferidas de superveniência de depreciação	(53.194)	45.802	118	(7.274)
Total	2023	Constituição	Realização	2024
Títulos disponíveis para venda	(186)	(8)	–	(194)
Títulos disponíveis para venda - Próprios	(248)	–	19	(229)
MTM - Patrimônio Líquido	–	(52.771)	–	(52.771)
Total	(434)	(52.779)	19	(53.194)

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias levam em consideração o histórico de rentabilidade em pelo menos três dos últimos cinco exercícios sociais e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de 10 anos. O prazo máximo de realização de 10 anos não se aplica aos créditos tributários originados de prejuízos fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação

DAIMLER TRUCK FINANCIAL SERVICES BRASIL HOLDING S.A.

CNPJ nº 54.646.419/0001-44

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

	Consolidadas	
	2025	2024
Operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro	608.907	549.911
Total	608.907	549.911

b. Risco de liquidez

Configura-se pela possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e a possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O processo de gerenciamento do risco de liquidez contempla o acompanhamento da composição dos recursos disponíveis, o cumprimento do nível mínimo de liquidez e do plano de contingência para situações de estresse. Este processo visa utilizar as melhores práticas de maneira a evitar escassez de caixa e dificuldades em honrar os vencimentos a pagar.

Relatórios gerenciais e regulatórios

A DTFS Brasil adotou sistemas, metodologias e modelos baseados nas melhores práticas de mercado.

Informações com a situação de exposição ao risco de liquidez e indicação de limites operacionais são geradas e analisadas pela área de gerenciamento de riscos, que os mantêm em arquivo para referência futura.

Os procedimentos para execução e distribuição dos relatórios estão claramente documentados através de políticas e procedimentos disponíveis a todos os níveis da DTFS Brasil.

Relatório diário de fluxo de caixa

Este relatório tem por objetivo a mensuração da evolução do saldo de liquidez no próximo período de 90 dias. O relatório é composto da expectativa de entradas e saídas de caixa para o período, indicando em quais momentos do período há iminente risco de flutuação de liquidez abaixo do nível de segurança estipulado.

As variações dos valores projetados são acompanhadas diariamente pela Tesouraria e monitorados pela área de Riscos, mensalmente através de testes de aderência do fluxo projetado anteriormente e diariamente, através de recebimento do e-mail da tesouraria com a movimentação realizada.

Todas as ocorrências de liquidez abaixo do nível de segurança são informadas ao comitê na reunião seguinte ao fato.

Plano de contingências de liquidez

O Banco deverá recorrer a seu plano de contingência caso venha a enfrentar algum tipo de problema de liquidez inesperado junto ao mercado financeiro brasileiro.

Depois de utilizadas todas as linhas de captação interbancárias disponíveis, o Banco deverá iniciar o processo de emissão Certificados de Depósitos Bancários ou Letras Financeiras a contrapartes já aprovadas pela Matriz tais como: *Assets*, Fundos de Pensão ou outros tipos de investidores qualificados, incluindo a Mercedes-Benz do Brasil Ltda.

Assim que o plano de contingência de liquidez for acionado, a Diretoria deverá se reunir para decidir sobre a continuidade de realização de novas operações de financiamento. Enquanto isso, o Banco não deverá conceder nenhum novo empréstimo sem a aprovação do CFO ou preposto da diretoria financeira até que o nível de segurança estipulado retorne ao mínimo recomendado.

Caberá então à diretoria da empresa verificar se as condições de mercado exigirão ações adicionais como solicitação de aporte de capital ou solicitação de empréstimos junto à matriz ou empresa controladora no Brasil.

O plano de contingências será acionado somente após a decisão em ata do Comitê de Controles Internos e Gerenciamento de Riscos (ICRC).

Back-Testing

O objetivo do *Back-Testing* (testes de aderência) é testar a validade e robustez do modelo utilizado para estimar o risco de liquidez. Os testes visam rever procedimentos e limites para a adequação de fluxo de caixa, de acordo com os resultados obtidos.

• Os testes de aderência são realizados mensalmente através da comparação da movimentação realizada nos últimos 30 dias (mês anterior) em relação à movimentação projetada para o mesmo período.

Papéis e responsabilidades

A estrutura de Gerenciamento de Risco de Liquidez possui uma estrutura compatível com a natureza de suas operações e tem por objetivo identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição aos riscos.

O risco de liquidez será tratado como pauta durante o Comitê de Controles Internos e Gerenciamento de Risco (ICRC).

O Comitê de Controles Internos e Gerenciamento de Risco ocorre trimestralmente, pois todos os meses realizam-se reuniões em que são discutidos pontos relevantes relacionados a gerenciamento de risco e controles internos. Como também, reportes mensais são passados/enviados a todos os membros da Diretoria e gestão do Banco, onde fornecemos as principais variações e indicadores do nosso negócio.

O comitê ICRC é composto pelos seguintes membros votantes:

- Diretor Presidente (CEO)
- Diretor Financeiro (CFO/CRO)
- Diretor de Operações
- Diretor de Crédito
- Diretor Comercial

O objetivo do comitê é o monitoramento contínuo da efetividade das atividades de Controles Internos e Gerenciamento de Riscos Integrados, bem como deliberação de ações/estratégias visando assegurar a adequada execução das mesmas. Entre as atribuições do Comitê, destacam-se:

- Acompanhar os resultados das atividades de Controles Internos e Gerenciamento de Risco Integrado do BMB, visando o aprimoramento do ambiente de controles e a mitigação dos riscos identificados;
- Definir prazos e planos de ação para mitigação de riscos de acordo com a classificação da exposição final;
- Zelar pela qualidade dos sistemas de controles internos e do gerenciamento de risco integrado da empresa, mantendo uma forte cultura de controle nas atividades regulares da organização.

Limites operacionais

Os limites operacionais são aprovados em Comitê e são periodicamente revistos pela área de Gerenciamento de Riscos. Estes limites têm por finalidade permitir à Tesouraria uma atuação transparente, independente e contínua, sendo esta monitorada pela área de Gerenciamento de Riscos.

Diretrizes organizacionais

A estrutura de Gerenciamento de Risco de Liquidez está alinhada com as diretrizes do Grupo Daimler Truck com o Conselho Monetário Nacional e às regulamentações do Banco Central do Brasil.

O quadro a seguir mostra os passivos financeiros agrupados com base no período remanescente na data do balanço até a data de vencimento contratual.

Consolidadas			
2025			
Até 90 dias	Entre 91 e 360 dias	Acima de 360 dias	Total

	303.443	119.182	4.366.197	4.788.822
Obrigações por empréstimos e repasses	303.443	119.182	4.366.197	4.788.822
Instrumentos financeiros derivativos	—	3.925	2.308	6.233
Total	3.305.828	2.804.075	11.028.766	17.138.669

	2024	
Depósitos	1.880.976	2.188.539
Títulos de dívidas emitidos	129.927	2.282.887
Obrigações por empréstimos e repasses	646.192	1.875.463
Total	2.657.095	6.346.889

c. Risco de mercado e IRRBB

Configura-se pela possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities) detidas por instituição financeira. Conforme a estratégia estipulada, o banco não possui e não tem a intenção de possuir instrumentos voltados a arbitragem. Portanto, a exposição ao risco de mercado é esperada que seja nula e com baixíssima relevância.

O IRRBB ("*Interest Rate Risk on Banking Book*") é tratado concomitante ao risco de mercado. Define-se como: o risco, atual ou prospectivo, do impacto de choques adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária. Dado, que todas as operações de crédito, como as de suporte, do banco são voltadas a carteira banking, o IRRBB é um risco considerado relevante para banco e é tratado de forma extensiva.

Papéis e responsabilidades

O Banco busca gerenciar a exposição ao risco de mercado abrangendo os principais aspectos que afetam o desempenho de seus ativos financeiros. O risco de mercado e IRRBB será tratado como pauta durante o Comitê de Controles Internos e Gerenciamento de Risco (ICRC).

O Comitê de Controles Internos e Gerenciamento de Risco ocorre trimestralmente, pois todos os meses realizam-se reuniões em que são discutidos pontos relevantes relacionados a gerenciamento de risco e controles internos. Como também, reportes mensais são passados/enviados a todos os membros da Diretoria e gestão do Banco, onde fornecemos as principais variações e indicadores do nosso negócio.

A estrutura de Gerenciamento de Riscos de Mercado e IRRBB está alinhada com as diretrizes do Grupo Daimler Truck, com o Conselho Monetário Nacional e às regulamentações do Banco Central do Brasil.

Modelos para medição, monitoramento e controle de exposição

O Banco Mercedes Benz e a Mercedes Benz Leasing adotaram sistemas, metodologias e modelos baseados nas melhores práticas de mercado, que são testados periodicamente quanto à sua eficácia na identificação de exposição ao risco de mercado. Relatórios com situação de exposição ao risco de mercado e indicação de limites operacionais a serem observados são diariamente gerados e analisados pela área de gerenciamento de riscos.

Os procedimentos para medição, monitoramento e controle de exposição e reporte está claramente documentado através de política e procedimento e encontram-se disponíveis a todos os níveis da DTFS Brasil para consulta através do sistema interno de divulgação de políticas.

Risco de taxa de juros na carteira bancária (IRRBB)

A metodologia utilizada para o acompanhamento contínuo utilizada pelo Banco é o delta EVE e delta NII.

	2025	
	Cenário de Estresse	
Cenário Base	I	II
EVE - <i>Economic Value of Equity</i>	2.956.423	34.794 (29.724)
NII - <i>Net Interest Income</i>	438.961	(71.157) 72.399

Análise da sensibilidade

A análise de sensibilidade demonstra o impacto isolado da mudança de cada fator de risco ao resultado e é uma ferramenta complementar as demais análises do Banco.

O Banco, de forma consolidada, adota a análise de sensibilidade para sua única carteira, *Banking*, e aos seus principais fatores de risco: Prefixado e Cupom de Inflação. O quadro a seguir demonstra a análise realizada para a data-base de fechamento do dia 31 de dezembro de 2024 para a carteira *banking*.

	2025	
	I	II
(em milhares de reais)	34.793	44.013
Prefixado	34.793	44.013
Cupom de inflação	1	1
Total	34.794	44.014

Limites operacionais

Os limites operacionais são aprovados em comitê e são periodicamente revistos pela área de Gerenciamento de Riscos. Testes regulares de estresse de carteira são realizados com o objetivo de estimar o impacto gerado por eventuais volatilidades do sistema financeiro. Estes limites têm por finalidade permitir à Tesouraria uma atuação transparente, independente e contínua, sendo esta monitorada diariamente pela área de Gerenciamento de Riscos.

Relatórios gerenciais regulatórios

Os dados gerados para adequada medição, monitoramento e controle de exposição ao risco de mercado são usados na geração de relatórios gerenciais e regulatórios, e arquivados para referência futura.

Os procedimentos para execução e distribuição dos relatórios estão claramente documentados e disponíveis a todos os níveis da DTFS Brasil.

d. Risco operacional

A definição de risco operacional adotada pelo Conglomerado é a seguinte:

"Risco Operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Esta definição inclui o risco legal, mas exclui o risco estratégico, de imagem e o de reputação."

Em conjunto com esta definição, o Conglomerado utiliza as seguintes categorias para classificação dos riscos operacionais:

- Fraudes internas;
- Fraudes externas;
- Relações Trabalhistas;
- Processos;
- Danos a Ativos;
- Práticas Comerciais;
- Interrupção de Negócios/Falhas em Sistemas;
- Legal.

Estrutura organizacional e metodologia

Na estrutura organizacional atual, as atividades de gerenciamento de risco operacional estão sob responsabilidade da área de Compliance & Governance, subordinada à Gerência de Legal, e com linha de reporte para o "*Internal Controls & Risk Committee*". Conforme responsabilidades descritas na RAS, um diretor é o indicado como o responsável por assuntos relacionados ao Gerenciamento Integrado de Riscos, assumindo o papel de CRO.

As áreas de negócio, através de seus Gestores, executam constantemente as atividades relativas a Gerenciamento do Risco Operacional. A governança destes temas é efetuada pelo departamento de Compliance & Governance, com a supervisão do "*Internal Controls & Risk Committee*", que é responsável pela aprovação da política, dos procedimentos, da estrutura e da metodologia a ser utilizada.

A seguir encontre o detalhamento das atribuições e responsabilidades dos envolvidos no processo.

- Internal Controls & Risk Committee

O Conglomerado constituiu, dentro de sua estrutura de gerenciamento integrado de riscos, um comitê específico para tratar deste tema, conforme descrito na Declaração de Apetite de Riscos (RAS). Os assuntos relacionados a Risco Operacional serão discutidos mediante inclusão destes tópicos na pauta do comitê.

- Compliance & Governance

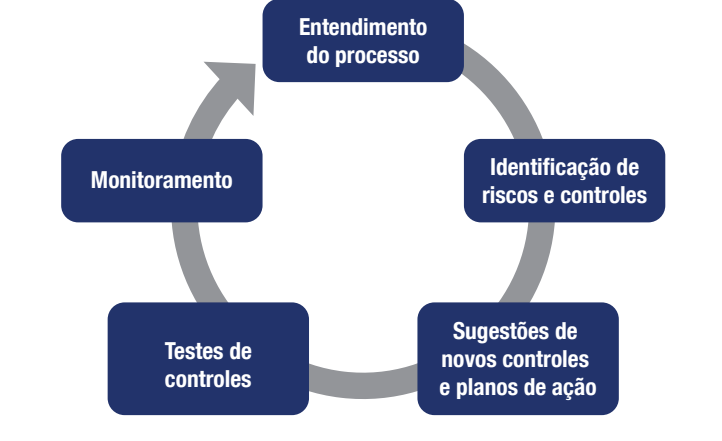
Sua principal função é suprir a Alta Administração com informações gerenciais que possibilitem a adequada gestão dos riscos da empresa, criando um ambiente de transparência em relação aos níveis de exposição relacionados aos riscos identificados. Os processos de gerenciamento de risco operacional, especificados pela área de Compliance & Governance, serão localmente aplicados pelos gestores.

- Gestores das áreas de negócios

Na estrutura definida pelo BMB para realizar a Gestão do Risco Operacional, os Gestores se enquadram como principais responsáveis por administrar permanentemente o risco operacional em seus processos.

Visando maior abrangência e maior proximidade das atividades operacionais, parte da responsabilidade dos gestores poderá ser delegada a um representante de Risco Operacional de seu departamento.

A metodologia de avaliação qualitativa do risco operacional do Conglomerado é composta por cinco etapas:



Entendimento do processo

Esta etapa engloba, o entendimento dos processos de gestão, de negócios e de suporte do BMB, identificando qual gestor é o dono do processo e a quem cabe à responsabilidade pelos devidos controles, ou seja, o responsável pelos riscos e controles identificados no processo.

Identificação de riscos e controles

Após entendido o processo, a segunda fase busca a identificação de possíveis problemas e deficiências, ou seja, o entendimento sobre "o que pode dar errado" dentro do processo analisado. A análise de riscos envolve identificar as fontes de risco, seu impacto e a vulnerabilidade associada à sua ocorrência.

Sugestões de novos controles e planos de ação

Nesta etapa são elaborados os planos de ação como resposta ao risco para todos os controles que, na etapa de avaliação, foram classificados com grau de confiança insuficiente.

Testes de controles

Esta fase integra as áreas de Riscos e Controles Internos, sendo a última responsável pela condução de testes periódicos junto às áreas de negócios.

Monitoramento

Esta fase consiste na realização de atividades periódicas de acompanhamento e comunicação dos níveis de risco assumidos por todas as áreas do Conglomerado, aos participantes das atividades de gerenciamento de riscos operacionais. Trata-se de um processo contínuo e comum a cada uma das etapas anteriores.

29. GERENCIAMENTO DE CAPITAL

O gerenciamento de capital tem por objetivo estabelecer diretrizes que permitam a gestão eficaz do capital do Conglomerado Prudencial Mercedes-Benz, de forma a mantê-lo compatível com a natureza de suas operações, com a complexidade dos seus produtos, com a dimensão de sua exposição a riscos e cumprimento dos requerimentos do órgão regulador. O processo de gerenciamento de capital é realizado de forma a viabilizar os objetivos estratégicos do Conglomerado Prudencial Mercedes-Benz, garantindo uma postura prospectiva que antecipe eventual necessidade de capital decorrente de mudanças no cenário de negócios.

30. AUDITORIA INDEPENDENTE

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria do Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A., instituição líder do Conglomerado Mercedes-Benz é único para as empresas do Conglomerado, sendo constituído nos termos da Resolução CMN nº 4.910/2021.

É constituído pelo Diretor Presidente do Banco e por dois membros independentes, e é responsável pela supervisão (i) dos processos de controles internos e de gerenciamento de riscos; (ii) das atividades da Auditoria Interna; e (iii) das atividades das empresas de auditoria independente, avaliando a qualidade e a integridade das demonstrações financeiras, o cumprimento das exigências legais e regulamentares aplicáveis e a efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa, bem como o cumprimento das recomendações feitas por essas.

As informações relacionadas aos honorários dos nossos auditores independentes são disponibilizadas nas Demonstrações Financeiras anuais da controladora Daimler Truck Holding A.G.

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não há eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações para as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

CONTADOR

LEONARDO LUIZ PICCININI

Diretor Presidente

TATIANA YOKAYAMA E SILVA

Diretora

MARCELLO LARUSSA

Diretor

VIVIANE JACOB

Diretora

RAQUEL ASSIS

Diretora

LUCIANO FRANCISCO ORAGGIO

CRC 1SP 241853/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos

Acionistas e Diretores da

Daimler Truck Financial Services Brasil Holding S.A.

São Bernardo do campo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Daimler Truck Financial Services Brasil Holding S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Daimler Truck Financial Services Brasil Holding S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta

estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejam os e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é

maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado por os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-014428/O-6

São Paulo, 02 de abril de 2026

Marco Antonio Pontieri

Contador CRC 1SP153569/O-0

